

Fontes para a história do Brasil colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino

Se os arquivos são organismos responsáveis pelo patrimônio documental das nações e constituem, por isso, a sua memória coletiva, são também, pela natureza da documentação que conservam, a fonte indispensável de toda a investigação histórica. Neste contexto, a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) constitui uma fonte de importância extrema, não só para o estudo da história e cultura ultramarinas portuguesas, como igualmente para a história e cultura dos países emergentes das regiões onde os portugueses se fixaram, desde o século XVI até aos nossos dias. Para o estudo da história do Brasil colonial existe no AHU um acervo documental de valor inestimável,



que poderemos mesmo classificar de único, como fonte de informação e pesquisa. Esse acervo, embora conhecido pe-

los investigadores que, ao longo de décadas, em número sempre crescente recorrem ao AHU, pois o consideram ponto de paragem obrigatória para as suas pesquisas, necessita, contudo, ser mais e melhor divulgado. Não podemos esquecer que qualquer arquivo reserva sempre muitas surpresas. Há sempre documentação para explorar, alguma conhecida, mas não suficientemente estudada, e muita até possivelmente inédita. Deste modo, nunca será demais dar a conhecer um pouco da história deste organismo e da importância do seu patrimônio documental, patrimônio esse sem o qual seria

difícil, senão mesmo impossível, escrever-se a história comum de Portugal e do Brasil ao longo de três séculos.

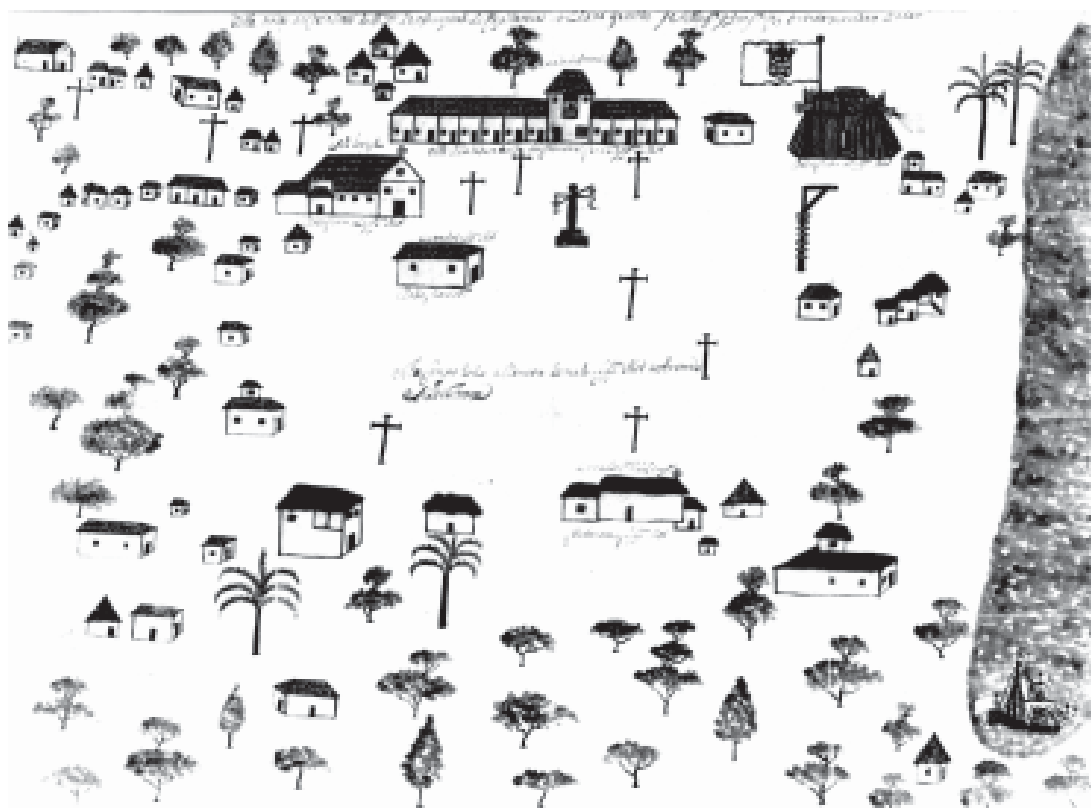
SÍNTESE HISTÓRICA

A criação do AHU obedeceu à necessidade de reunir, num só local, em boas condições de conservação e segurança, toda a documentação relativa à administração ultramarina portuguesa, que se encontrava dispersa por vários organismos, de forma a que pudesse ser tratada tecnicamente, para ser posta à disposição do público em geral e divulgada a informação nela contida. Os primeiros passos para a sua criação deram-se em 1926, sendo o local

escolhido para o futuro Arquivo um palácio, vulgarmente conhecido por Palácio da Ega, situado na Junqueira, cuja história remonta ao século XVI. Transferida a documentação, a criação do AHU tornou-se uma realidade pelo decreto-lei nº 19.868, de 9 de junho de 1931.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

O recheio documental do AHU foi constituído a partir dos arquivos do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (cujo conjunto, com alguma documentação dos Conselhos da Índia, Fazenda e Guerra, Desembargo do Paço, Casa da Índia e Mesa da Consciên-



Vila Nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, no Ceará. 1730.

cia e Ordens, formava o arquivo da Marinha e Ultramar), do arquivo do Ministério das Colônias, da documentação proveniente de diversos organismos ligados à administração ultramarina e alguma documentação remetida pelos governos coloniais. Todo este acervo foi dividido em duas seções: a 1ª compreendia a documentação mais antiga, de meados do século XVI até 1833, enquanto a 2ª compreendia a documentação posterior a 1833.

Da 1ª seção, os documentos mais importantes são, sem dúvida, os que constituem o fundo do Conselho Ultramarino, organismo criado por d. João IV para centralizar toda a administração ultramarina. A esfera de ação deste Conselho era necessariamente vasta, pois, segundo o texto do seu regimento, competiam-lhe todos os assuntos de qualquer qualidade referentes à Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde, restantes partes ultramarinas e lugares de África; a administração da Fazenda de todos os domínios ultramarinos; o provimento de todos os cargos de Justiça, Guerra e Fazenda; a consulta de todas as naus e navios a enviar para o ultramar.

A documentação avulsa deste fundo foi organizada segundo critérios geográficos e cronológicos, criando-se assim as seguintes séries: Reino (1601-1834); Madeira (1513-1835); Açores (1607-1839); Lugares de África-Marrocos e Argel (1596-1832); Cabo Verde (1602-1837); Guiné (1614-1837); São Tomé e Príncipe (1538-1834); Angola (1602-1891); Moçambique

(1608-1890); Índia (1509-1843); Macau (1603-1843); Timor (1642-1843); Brasil (1548-1837). Esta documentação encontra-se atualmente acondicionada em aproximadamente quatro mil caixas. Para além dos documentos avulsos, este fundo tem, também, cerca de 2.200 códices. À 2ª seção ficou pertencendo toda a documentação posterior a 1833, produzida e recebida por todos os organismos ligados à administração ultramarina portuguesa. Deste acervo o fundo mais antigo é o da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, criada em 1736. Eram da sua competência, a par naturalmente das atribuições inerentes à Marinha, todos os negócios respeitantes ao Ultramar. Competia-lhe a administração da Justiça, Fazenda Real, Comércio, governo dos Domínios Ultramarinos e Negócios das Missões. Igualmente lhe competiam as nomeações dos vice-reis, governadores, capitães-generais e de todos os cargos civis e militares do ultramar. Esta Secretaria de Estado coexistiu com o Conselho Ultramarino, de 1736 até 1833. Para esse período, a documentação da Secretaria encontra-se integrada no fundo do Conselho Ultramarino. É por essa razão que o marco de divisão das duas seções do AHU é a data da extinção do Conselho Ultramarino, em 1833, pois é só a partir daí que a documentação da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar se encontra separada, constituindo um único fundo. A evolução desta Secretaria de Estado, na sua parte ultramarina, irá dar origem ao Ministério das Colônias, depois

denominado do Ultramar, cujo fundo também se encontra no AHU.

IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO AHU PARA O CONHECIMENTO E ESTUDO DA HISTÓRIA DO BRASIL

No AHU são conservados, como já foi referido, os fundos documentais produzidos pela instituições que, ao longo de séculos, centralizaram e regularam a administração ultramarina portuguesa. O acervo documental respeitante ao Brasil faz parte dos fundos do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, tendo como datas limites os séculos XVI e XIX. A documentação avulsa está instalada em cerca de duas mil caixas, divididas pelas seguintes séries documentais: Brasil-Alagoas; Brasil-Ceará; Brasil-Espírito Santo; Brasil-Goiás; Brasil-Maranhão; Brasil-Mato Grosso; Brasil-Minas Gerais; Brasil-Nova Colônia do Sacramento; Brasil-Pará; Brasil-Paraíba; Brasil-Pernambuco; Brasil-Piauí; Brasil-Rio de Janeiro; Brasil-Rio Grande do Norte; Brasil-Rio Grande do Sul; Brasil-Rio Negro; Brasil-Santa Catarina; Brasil-São Paulo; Brasil-Sergipe d'El Rei. Existem também as seguintes séries temáticas: Brasil-Contratos do Sal e Brasil-Limites.

Para além da documentação avulsa, há também, e apenas relativos ao Brasil, mais de quatrocentos códices, e muitos outros que são comuns ao Brasil e às demais possessões ultramarinas. Estão igualmente integrados em séries docu-

mentais tais como Consultas; Cartas; Instruções; Decretos; Tratados e Limites; Compromissos de Irmandades; Regimentos; Sesmarias; Ofícios etc. Dentre estes códices alguns merecem especial destaque como, por exemplo, a *História dos animais e árvores do Maranhão*, os Autos de estabelecimento de vilas; os Diários de viagens; as Memórias sobre minas e nitradeiras. Dentre os regimentos, não poderíamos deixar de mencionar, pela sua importância, o de Tomé de Sousa, primeiro governador do Brasil, datado de 1548.

Bastaria a simples enumeração das séries documentais sobre o Brasil para se avaliar a importância deste patrimônio. No entanto, só um conhecimento mais aprofundado nos dará a medida exata da sua riqueza e variedade. Tratando-se de documentação de caráter administrativo, pois resulta essencialmente da troca de correspondências entre as autoridades locais e o poder central na metrópole, ela reflete, de um modo geral, a evolução política e administrativa dos vários governos. Pelas leis, regimentos, instruções, correspondência em geral, informações, relatórios e consultas, se conhecem as diretrizes referentes à administração ao longo de três séculos. Colonização e povoamento; construção de grandes obras públicas; exploração de minas e outros recursos naturais; relações comerciais; explorações marítimas e terrestres; missões científicas; explorações agrícolas; transportes e comunicações; defesa; en-

sino e evangelização; relações fronteiriças, pacíficas ou de guerra; relações diplomáticas; assimilação de comunidades; exploração industrial; tráfico de escravos; delimitação de fronteiras etc. A própria vida local, os usos, costumes e tradições se vêem refletidos nesta documentação.

Porém, a riqueza do patrimônio do AHU sobre o Brasil não se esgota com a documentação avulsa nem com os códices. São também particularmente importantes e valiosas as coleções de cartografia e iconografia, como fonte de informação e pesquisa histórica e artística, tais como mapas da costa do Brasil, de um notável

rigor cartográfico; plantas de variadíssimas regiões, de cidades, vilas, aldeamentos de índios; edifícios civis, militares e religiosos, de grande pormenor e exatidão; mapas de demarcações diamantinas, minas de ouro e prata, salinas; itinerários de rios, e muitas outras espécies de grande interesse. A par da cartografia, a coleção iconográfica é também extremamente variada: personagens várias com trajes da época; espécies de fauna e flora; habitações; modelos de armamento e figurinos militares; embarcações; aspectos de várias ocupações cotidianas como a lavagem do ouro e diamantes, a fabricação do anil, a colheita do



Mapa do Rio de Janeiro, 1698.

café, a caça, a prensa do tabaco, os engenhos de açúcar, enfim, uma fonte inesgotável de informação.

A importância do patrimônio documental sobre o Brasil existente no AHU revela-se também através dos próprios pesquisadores e das pesquisas realizadas. Pelo recolhimento de dados referentes aos pedidos feitos entre 1990 e 1996, chegamos a conclusões extremamente interessantes. Em primeiro lugar, e para estabelecer um termo de comparação, fez-se o levantamento do total de pesquisadores no AHU, e daqueles que consultaram documentação referente ao Brasil, respectivamente, 18.418 e 4.418 (Gráficos 1 e 2). Analisemos agora apenas os pesquisadores que consultaram documentação sobre o Brasil. Nas presenças por nacionalidade, verificamos que as dos pesquisadores brasileiros são superiores a todas as outras em conjunto, incluindo os pesquisadores portugueses; ou seja, brasileiros, 2.214, outros, 2.204 (Gráfico 3). Estes pesquisadores distribuem-se por variadíssimas atividades, desde o advogado ao militar, sendo majoritária a atividade de professor, que registra 2.004 presenças (Gráfico 4). Fez-se igualmente o levantamento da documentação consultada, traduzida em números de caixas e maços de documentos avulsos, códices, documentos catalogados e espécies cartográficas e iconográficas (Gráfico 5). Desta documentação, é também interessante analisar quais as séries mais consultadas, verificando-se que Brasil-Pará e

Brasil-Rio de Janeiro são, sem dúvida, as séries que registram um maior número de pedidos, totalizando, respectivamente, 6.047 e 9.997 (Gráfico 6). Em seguida, a partir de um universo de pedidos de quatrocentos pesquisadores, fez-se uma amostragem por temas de estudo, o que nos deu um leque variadíssimo de opções que vão desde a arquitetura às viagens marítimas (Gráfico 7). Os quadros e números apresentados parecem-nos ser suficientemente elucidativos do interesse que desperta a documentação do AHU para todos aqueles que procuram conhecer e estudar a história do Brasil colonial.

DESAFIOS QUE SE APRESENTAM AO AHU

O AHU encontra-se numa era de mudança. Empreendeu um amplo processo de modernização e por isso vários desafios se lhe apresentam, qual deles o mais aliante. Destacaremos, entre outros, pela sua importância, a construção do novo edifício, que lhe permite incorporar toda a documentação que ainda se encontra fora das suas instalações; a formatação global do Arquivo; e a concretização de um projeto antigo e muito ambicionado por brasileiros e portugueses, a microfilmagem da documentação do Brasil.

Desde há muitos anos que o edifício onde se encontra instalado o AHU se tornou manifestamente exíguo perante a necessidade de incorporar cada vez mais acervos. Com a extinção do Ministério do Ultramar, o AHU viu-se confrontado com a

Gráficos

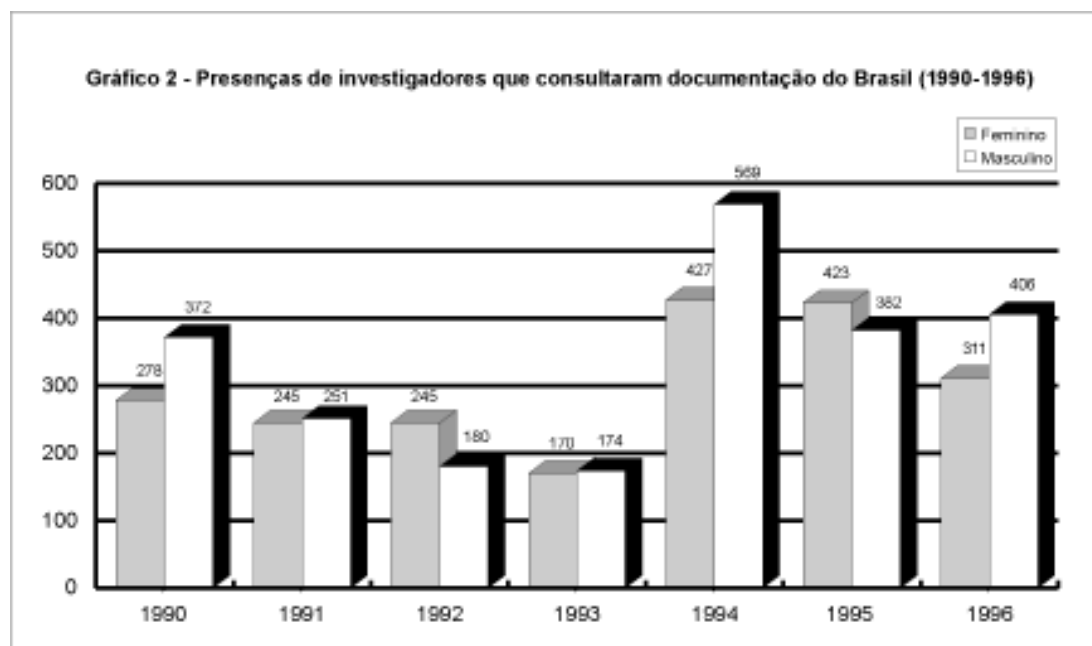
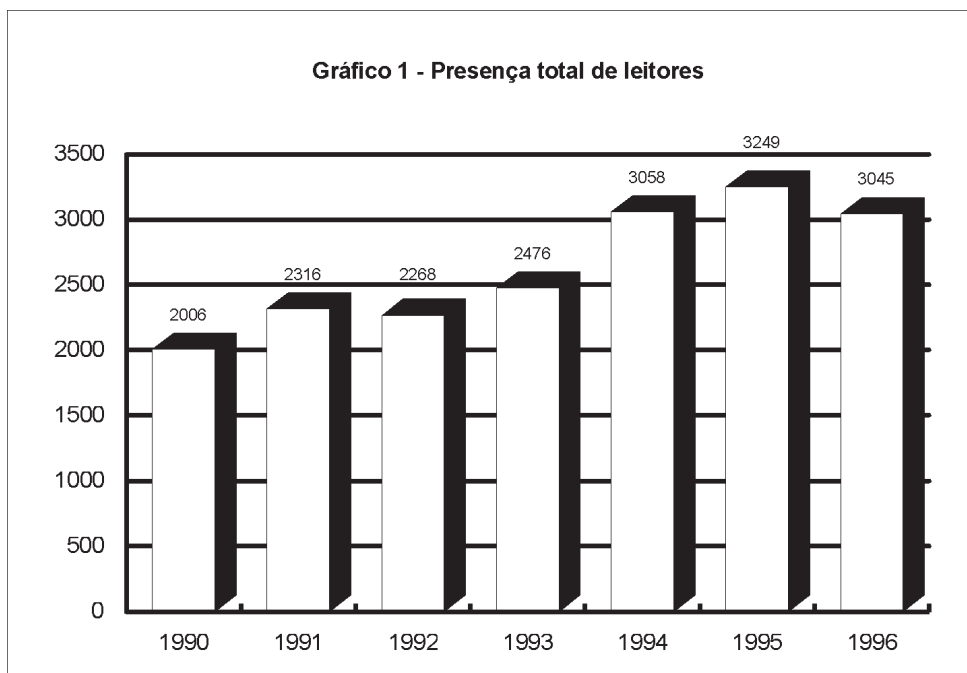


Gráfico 3 - Presenças na sala de leitura por nacionalidade (1990-1996)

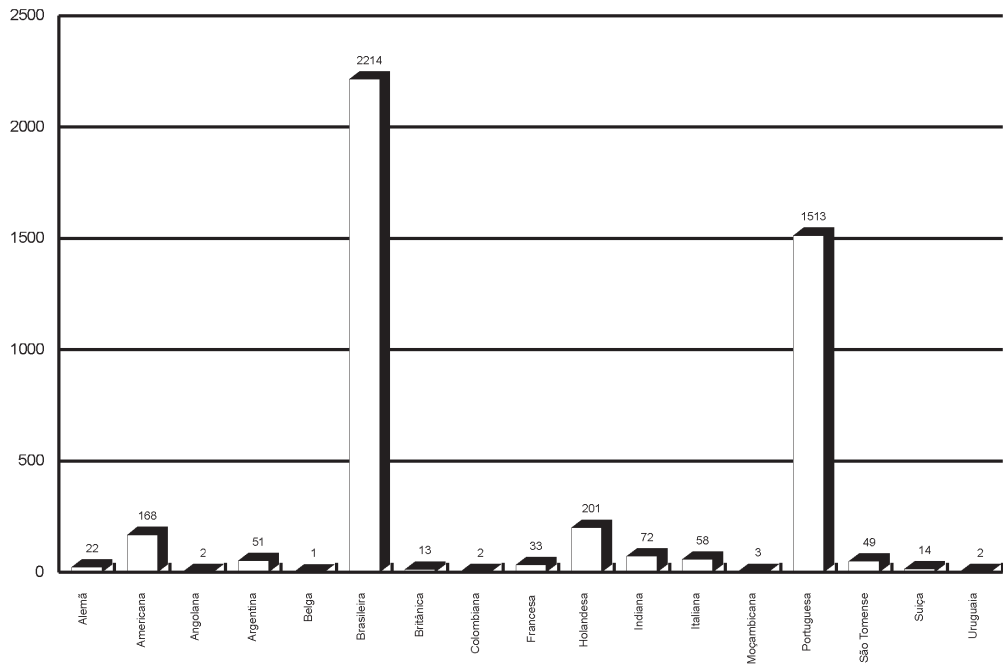
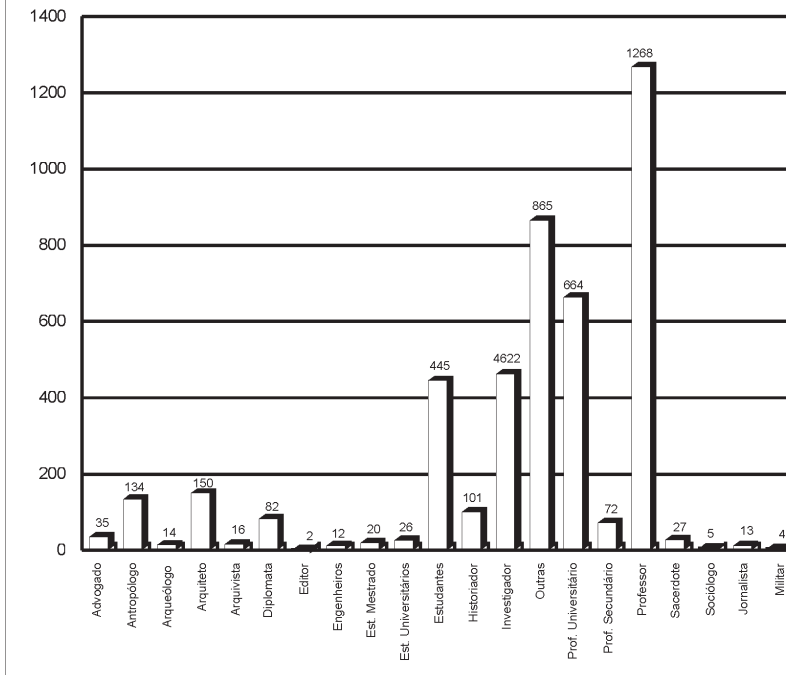
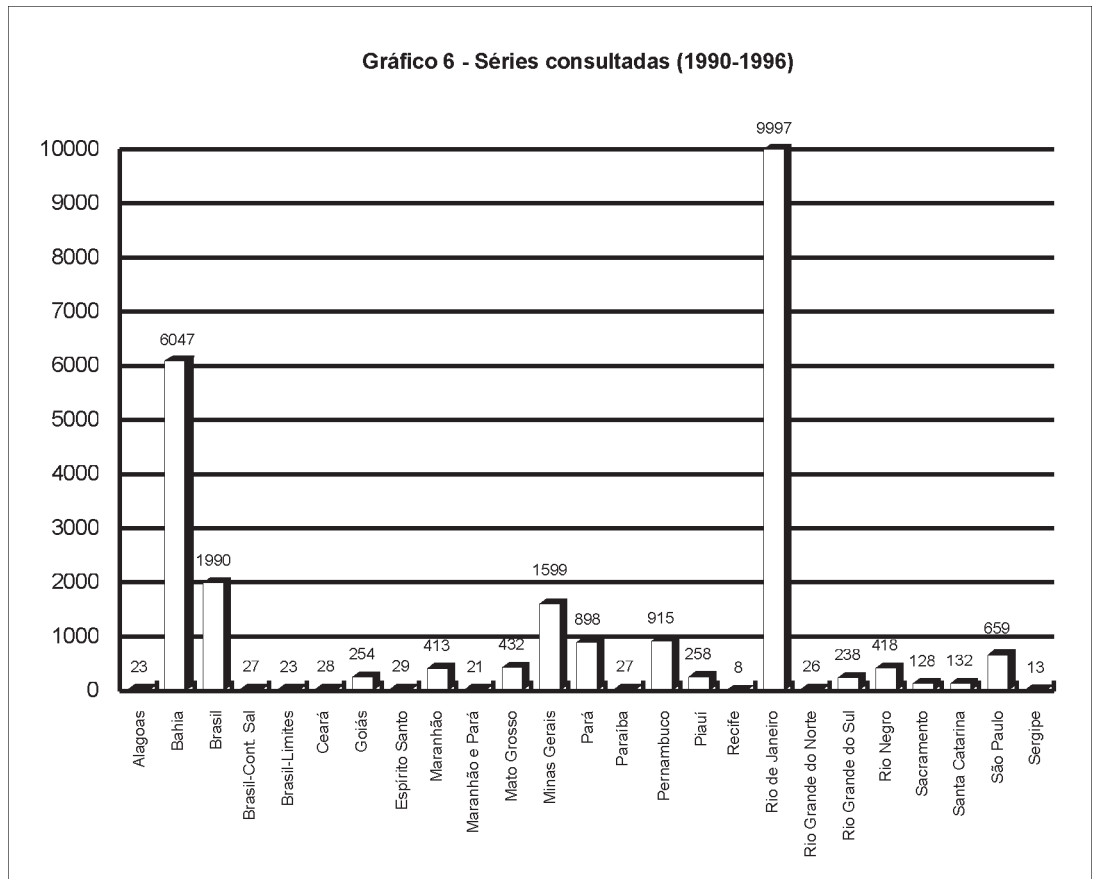
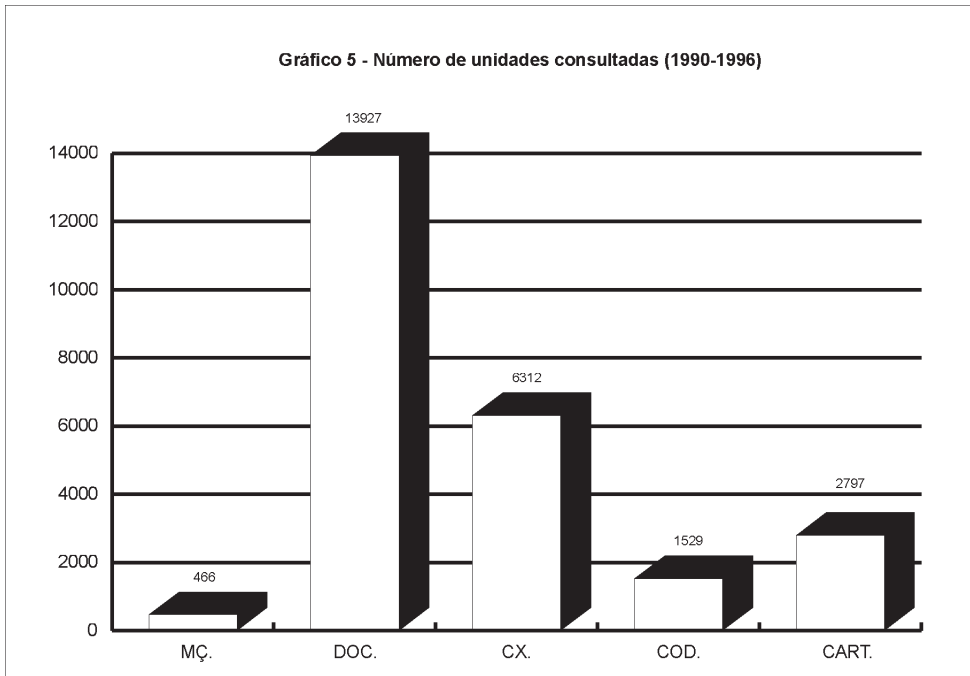
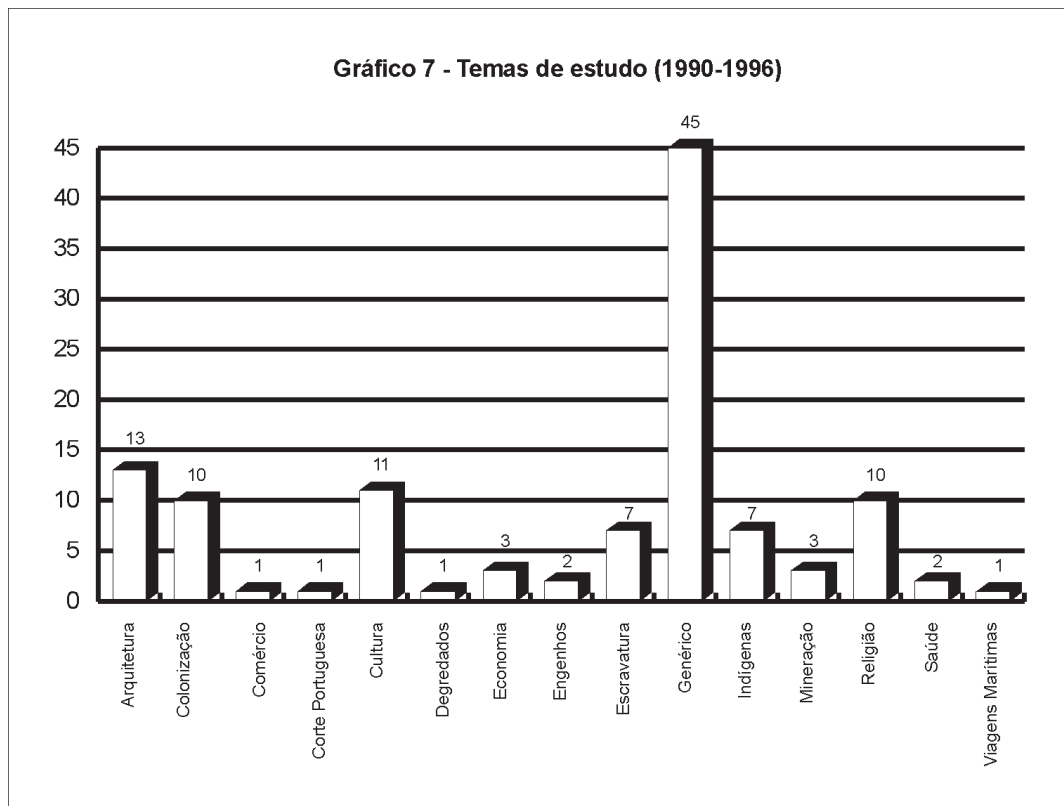


Gráfico 4 - Presenças na sala de leitura por profissão (1990-1996)







necessidade de receber aproximadamente 150 toneladas de documentos, não tendo, por absoluta falta de espaço, qualquer possibilidade de fazê-lo. Para ultrapassar esta dificuldade, a solução temporária foi instalar a documentação num depósito provisório, fora das instalações do Arquivo. Não se podia, porém, continuar adiando a solução definitiva, que seria a construção de um novo edifício, capaz de responder a todas as necessidades. Assim, conservando-se o velho, mas digno edifício do AHU, construiu-se numa das alas do palácio, um novo edifício que, no entanto, manteve exteriormente o traçado original. As novas instalações distribuem-se por quatro pisos, um dos quais

subterrâneo. Nelas funcionam os vários serviços técnicos, como a Oficina de Restauro e os Gabinetes de Reprografia e Cartografia. A área restante foi dividida em nove depósitos, dois dos quais destinados à documentação audiovisual. No novo edifício ficou igualmente instalada a Casa Forte. Concluído o edifício e equipado devidamente, encontram-se agora reunidas as condições necessárias para incorporar, tratar tecnicamente e acondicionar toda a documentação. Trata-se de um projeto ambicioso, mas de uma importância extrema, uma vez que, com esta incorporação, se fecha o ciclo do acervo da administração colonial portuguesa. O AHU poderá redimensionar todo o espaço dis-

ponível, pois, a não ser através de doações ou aquisições esporádicas, não receberá mais documentação.

Para gerir e tratar convenientemente todos os seus fundos, teve o AHU de recorrer à informatização. Este processo, iniciado em 1993, teve alguns acidentes de percurso mas, neste momento, estamos em condições de afirmar que já nada o fará parar. A informatização do AHU acontecerá em vários planos. Atualmente procede-se à alimentação das bases de dados, textual e de imagem, tendo em vista a elaboração do roteiro. Futuramente avançaremos para um segundo plano que consistirá na disponibilização, na Sala de Leitura, de toda esta informação, com terminais que permitam a consulta de texto e imagem. Paralelamente decorrerá a informatização da gestão da Sala de Leitura. Está igualmente previsto um plano de edições eletrônicas das fontes documentais e instrumentos de descrição.

Quanto à microfilmagem da documentação do Brasil existente no AHU, é já neste momento uma realidade. É do conhecimento geral a importância da microfilmagem, não só como meio de preservação do património documental, como também por constituir um instrumento de fácil acesso à informação. Desde há muito que se vinha sentindo a necessidade de se proceder à microfilmagem sistemática de toda a documentação de interesse comum existente nos arquivos e bibliotecas portuguesas e brasileiras, no sentido de se promover

a permuta de informações. Projeto ambicioso, sucessivamente adiado, mas que agora, em virtude do protocolo de colaboração na área dos arquivos, assinado em agosto de 1995 entre o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa, se tornou uma realidade. Como consequência deste protocolo, com o Projeto 'Resgate' iniciou-se no AHU a microfilmagem da documentação. A primeira série microfilmada foi a do Brasil-Minas Gerais, num total de 189 caixas, que se encontra já na fase final do trabalho. Entretanto, deu-se início à microfilmagem de todos os códices, e seguir-se-ão todas as outras séries à medida que forem devidamente organizadas, quer a nível de inventário, quer a nível de catálogo. O tratamento arquivístico da documentação está sendo executado por grupos de trabalho constituídos por portugueses e brasileiros, sob a coordenação de técnicos do AHU, numa conjugação comum de esforços, de forma a conseguir o objetivo desejado, isto é, a conclusão do Projeto até o ano 2000. Esperamos em breve poder atuar da mesma forma nos arquivos e bibliotecas brasileiros, pois sabemos quanta e tão importante documentação aí se encontra depositada. Não podemos esquecer que os arquivos do governo central na metrópole e os arquivos locais são estreitamente complementares, e todos são indispensáveis para o estudo da história comum dos dois países.

A B S T R A C T

This article's aim is to present the Overseas Historical Archives (AHU) as an indispensable documentary repository for studying Portuguese overseas history and culture as well as those of countries emerging from wherever the Portuguese have settled. A perspective of its documentary funds and collections presents the AHU as a cultural institution with an unmatched importance for the study of colonial Brazil's historical sources.

R E S U M E

Cette étude a pour but présenter l'Archive Historique d'Outre-mer (AHU) comme un dépôt documentaire indispensable pour l'étude de l'histoire et culture portugaises d'outre-mer, aussi bien que celles des nations issues des régions où les portugais se sont établis. Une perspective de ces fonds et collections documentaires fait ressortir l'AHU comme une institution culturelle d'importance unique pour l'étude des sources d'histoire du Brésil colonial.